“Proteger quem não tem voz é o que me move na política”

Pri Fernandes, vereadora pelo PSD

Priscila Fernandes Farias, a Pri Fernandes, chegou à Câmara de Florianópolis pelo caminho da proteção animal. Eleita vereadora em 2020 pelo Podemos e reeleita em 2024 pelo PSD, com 3.589 votos, disputou em outubro uma vaga na Assembleia Legislativa, ficando na suplência. É a idealizadora do Hospital Veterinário Municipal Cão Orelha, o primeiro hospital veterinário público e gratuito de Santa Catarina. Nesta entrevista para a Pelo Estado, fala do voluntariado na proteção animal, do hospital, do alto índice de feminicídios no Estado e da recém-criada Procuradoria da Criança e do Adolescente na Câmara.



Foto: Asses. Comunicação

Pelo Estado - A senhora chegou à política pelo voluntariado. Como começou?

Pri Fernandes - Comecei como muita gente começa: vendo um animal abandonado na rua e não conseguindo passar reto. Depois veio o resgate, a castração, o lar temporário, a feira de adoção. O "Adote" que levo no nome vem dessa época. Com o tempo percebi que o protetor resolvia um caso de cada vez, enquanto o problema continuava do mesmo tamanho. Foi aí que entendi que precisava estar onde se decide o orçamento e as leis.

Pelo Estado - O que o protetor independente enfrenta hoje?

Pri Fernandes - Ele faz um serviço público sem receber nada por isso. A ração, o veterinário, o remédio e o transporte saem do bolso de quem cuida. Muitos protetores estão cansados e endividados. Por isso defendo que o poder público reconheça esse trabalho, com apoio para castração, atendimento veterinário e campanhas de adoção responsável. Voluntário não pode ser a única política pública que existe.

Pelo Estado - Como essa experiência aparece no mandato?

Pri Fernandes - Em quase tudo que apresento. Aprovamos por unanimidade a lei que proíbe a comercialização clandestina de cães e gatos em Florianópolis, com multa de até R$ 10 mil. Também levamos à Defesa Civil do Estado a proposta de incluir o Grupo de Resposta a Animais em Desastres na gestão de crises. Quem já viu uma enchente sabe que os animais ficam para trás. Eles precisam estar no plano.

Pelo Estado - Como nasceu o Hospital Veterinário Municipal?

Pri Fernandes - Era um pedido antigo dos protetores e das famílias que não têm como pagar uma clínica particular. Levei a proposta ao prefeito Topázio e ele abraçou a ideia. O Hospital Cão Orelha funciona no Itacorubi, junto à Diretoria de Bem-Estar Animal, e foi inaugurado em abril. O nome é uma homenagem a um caso que comoveu o Brasil inteiro. Transformamos a indignação em atendimento.

Pelo Estado - Qual o balanço até aqui?

Pri Fernandes - Nos três primeiros meses foram mais de 40 mil procedimentos, entre consultas, cirurgias, exames de imagem e exames laboratoriais. O hospital tem plantão 24 horas para urgência e emergência, o que não existia na rede pública. Isso mostra o tamanho da demanda que estava reprimida. A fila que antes caía no colo do protetor agora tem para onde ir.

Pelo Estado - Dá para levar o modelo para outras cidades?

Pri Fernandes - Dá, e esse foi o principal compromisso da minha campanha para a Assembleia. Florianópolis provou que é possível ter um hospital veterinário público, gratuito e funcionando. Outras cidades podem começar com estruturas regionais, em consórcio entre municípios. Vou seguir defendendo essa pauta, com mandato na Alesc ou sem ele.

Pelo Estado - Santa Catarina vive um aumento de feminicídios. Como a senhora vê esse cenário?

Pri Fernandes - Com muita preocupação. Foram 52 mulheres mortas em 2025 no Estado e, só até agosto deste ano, já eram 38. Na maioria dos casos, o assassino era o companheiro ou o ex-companheiro, e mais da metade dos crimes aconteceu no fim de semana, dentro de casa. Não estamos falando de estatística. São mães, filhas e amigas que poderiam estar vivas.

Pelo Estado - O que o município e a Câmara podem fazer?

Pri Fernandes - O município não faz policiamento, mas tem um papel enorme na prevenção. Pode fortalecer o acolhimento, a assistência social, os centros de referência e a informação sobre medidas protetivas. A Câmara precisa cobrar que essa rede funcione de verdade e chegue aos bairros. A mulher tem que saber, antes da primeira agressão, que existe uma porta aberta para ela.

Pelo Estado - A Câmara criou a Procuradoria da Criança e do Adolescente. Qual o papel dela?

Pri Fernandes - A Procuradoria nasce para ser uma porta de entrada dentro do Legislativo. Ela vai receber denúncias, orientar famílias, acompanhar casos e cobrar os órgãos responsáveis, como os conselhos tutelares e a rede de assistência. Também pode propor leis e fiscalizar se o que já existe está sendo cumprido. Criança não vota, mas precisa de quem fale por ela.

Pelo Estado - E agora, depois de outubro, quais são os próximos passos?

Pri Fernandes - Volto com mais força para o mandato de vereadora. Os votos que fiz me mostraram que essa pauta tem apoio em muitas cidades, não só na Capital. Quero ampliar o hospital, avançar na rede de proteção às mulheres e ajudar a estruturar a Procuradoria. O trabalho continua do mesmo jeito: proteger quem não tem voz.

Integração Editorial

Associação de Diários do Interior SANTA CATARINA

APJSC Associação dos Portais de Notícias e Jornais Digitais de Santa Catarina

/peloestado peloestado.com.br

Produção e edição: ***ADI/SC - Jornalista Celina Sales com colaboração de Cláudia Carpes.***
Contato peloestado@gmail.com
Diagramação: ***Celina Sales***